

ENSINO SUPERIOR

PROFESSORES ACEITAM CONTRAPROPOSTA PATRONAL E GREVE É SUSPENSA

Reunidos em uma grande assembleia estadual virtual, na quinta-feira, 29/05, os professores do ensino superior de São Paulo aceitaram a nova proposta patronal e suspenderam a greve programada para 02/06.

A nova proposta econômica apresentada pelos sindicatos patronais prevê um reajuste de 4,69% (índice inflacionário até março/2025), pagos até julho/2025, pagamento antecipado junto com 1/3 de férias; abono salarial de 20,86% pago até o quinto dia útil de julho; Participação nos Lucros e Resultados de 12%, com pagamento em janeiro de 2026.

No caso da PUC-SP, os professores e funcionários já receberam uma antecipação de 3%, a partir de abril/2025, que deverá ser descontada dos índices de reajuste e do abono de julho, propostos acima. O presidente do Sinpro-SP Celso Napolitano, informou que uma nova legislação permite que as instituições filantrópicas, como a PUC-SP, paguem a PLR aos seus funcionários.

Foi aprovada uma comissão intersindical que irá discutir, até 2026, cláusulas de assistência médico-hospitalar, bolsas de estudo para os cursos de medicina, piso salarial dos professores e a implantação do novo marco regulatório da EaD.

A partir deste ano, o dia 15/10, dia do professor, passa a ser considerado feriado; a licença paternidade passa de 5 para 10 dias e o abono de faltas por ca-

samento ou luto passa a valer para enteado/a, madrasta ou padrasto; a homologação recisória deverá ocorrer na modalidade remota sendo obrigatória a assistência do sindicato profissional. As demais cláusulas permanecem com a mesma redação do acordo de 2024.

Os professores aprovaram a proposta com 90% de votos a favor, 6% contra e 3% de abstenção. Os docentes consideraram o resultado uma grande vitória da categoria, que só foi possível a partir da mobilização de professores e professoras.

Assembleia da APROPUC aprova participação dos professores da PUC-SP na movimentação do ensino superior

A assembleia dos professores da APROPUC, realizada no dia 27/05, manifestou seu apoio incondicional à mobilização dos professores do ensino superior em sua campanha salarial.

Os professores da PUC-SP, que também reafirmaram a adesão à assembleia permanente aprovada pelo Sinpro-SP, encaminharam para a não retirada de nenhuma cláusula do Acordo Interno de Trabalho, mesmo aquelas que se encontram na Consolidação das Leis de Trabalho ou na Convenção Coletiva do Sinpro-SP, uma vez que a composição conservadora da Câmara e do Senado Federal pode retirar direitos dos trabalhadores.

Também foi lembrada a luta contra as deliberações da Fundasp, que restringem os salários docentes, principalmente a 03/2023, que cria salários diferenciados na universidade, prejudicando principalmente os docentes negros, que entram na PUC-SP por meio de quotas introduzidas pelas ações afirmativas da Reitoria.

Os docentes aprovaram a realização de

uma nova assembleia ainda esta semana, caso a assembleia do Sinpro mantivesse a greve para 02/06, mas, como não houve confirmação da greve, a nova assembleia da APROPUC será marcada posteriormente.

Na segunda parte da assembleia os docentes avaliaram a manifestação dos estudantes nas últimas semanas. Antes, um representante da Coletiva Saravá narrou o desenvolvimento da movimentação estudantil e ressaltou o apoio de professores e funcionários na luta.

As intervenções de professores discutiram a importância da ação direta na conquista de direitos ameaçados dos três setores. As intervenções docentes encaminharam-se também para a necessidade de fortalecimento das instâncias acadêmicas que hoje encontram-se eclipsadas pelo protagonismo da Fundasp. A exemplo dos estudantes, os professores deveriam tomar o protagonismo das ações na universidade, contra as deliberações que anulam direitos docentes.



Sthefane Mattos



À esquerda uma das assembleias noturnas; acima a ex-diretora da APROPUC Priscilla Cornalbas, a pró-reitorara Myrt Thania e a coordenadora do Pós em Serviço Social Bia Abramides. Abaixo o presidente da APROPUC, João Batista Teixeira e o presidente da AFAPUC Rodrigo Mariano; ao lado a vice-presidente da APROPUC Elaine Trindade.

Estudantes encerram paralisação e comemoram vitórias do movimento

Terminou, na quarta-feira, 28/05, a mobilização dos estudantes da PUC-SP, que ocuparam parte do campus Monte Alegre, reivindicando, principalmente, medidas antirracistas na universidade e melhores condições de permanência dos estudantes na PUC-SP.

Depois de uma semana de intensas mobilizações, os estudantes conseguiram, concretamente, 1) Retirada de liminar contra grupo de estudantes; 2) Implantação de um curso permanente de formação de raça e gênero para o corpo docente; 3) Melhor tratativa nos casos de racismo; 4) Negociação sobre dupla gratuidade no bandeirão e 5) Mesa de diálogo mensal com a Fundasp.

O movimento teve início na segunda-feira, 19/05, quando os estudantes da Faculdade de Ciências Sociais decidiram paralisar as suas atividades, como forma de denúncia “contra o racismo

acadêmico, o esvaziamento neoliberal do ensino, a elitização da universidade e as múltiplas formas de exclusão que atravessam a vida estudantil. Durante a semana seguiu-se uma ocupação do Prédio Velho do campus Monte Alegre e a montagem de barricadas com carteiras, impedindo a realização de aulas em parte do Prédio Novo.

O movimento realizou várias assembleias durante a semana e, quando da realização de uma negociação com a Reitoria da PUC-SP, os estudantes foram surpreendidos com a notícia de que a Fundasp, em uma ação truculenta, pedia a reintegração de posse do campus, com a possível intervenção policial, além da criminalização de quatro líderes do movimento, sujeitos ao pagamento de multas diárias de R\$ 5mil.

Mesmo sob ameaças, o movimento prosseguiu crescendo,

com a adesão de outros cursos. O Reitor da PUC-SP, professor Vidal Serrano, compareceu à assembleia noturna de sexta-feira e comprometeu-se com algumas das reivindicações estudantis.

Assembleias conjuntas

Os estudantes passaram o final de semana no campus Monte Alegre e na segunda-feira, 26/05, realizaram duas assembleias conjuntas com a presença de professores e funcionários.

O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira da Silva, expôs nas duas assembleias a posição de apoio da diretoria da APROPUC ao movimento, historiando também a situação dos professores da PUC-SP, principalmente os docentes negros, que seriam beneficiados com a implantação de quotas raciais no primeiro semestre de 2023, mas que foram extremamente prejudicados com a deliberação

03/23, que estabelecia patamares salariais reduzidos para os professores ingressantes na universidade a partir de julho de 2023. O professor João Barista destacou que frente às críticas que se desencadearam a partir da Deliberação 03/23 – amplamente publicizadas no jornal PUCviva -, a FUNDASP ingressou na Justiça com uma Ação de Danos Morais aplicando multa de R\$ 100 mil, a ser “rateada” entre a APROPUC e a AFAPUC. A vice-presidente da APROPUC, professora Elaine Trindade, também saudou o movimento, mostrando o apoio da APROPUC e colocando a necessidade de se estabelecer claramente quais as reivindicações que devem permanecer no âmbito da Reitoria e quais que devem ser dirigidas à Fundasp.

Continua na página seguinte



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha e Rodrigo Mariano Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Continuação da pagina anterior

O presidente da AFAPUC Rodrigo Mariano também saudou o movimento e apresentou o apoio e a solidariedade dos funcionários administrativos que, segundo ele, também sofrem os percalços de uma administração que retira direitos do corpo técnico-administrativo.

Professores de várias unidades da PUC-SP também se expressaram nas assembleias. A professora Bia Abramides, coordenadora do Pós em Serviço Social e ex-presidente da APROPUC em um discurso

extremamente aplaudido, relatou a trajetória das movimentações políticas que marcaram a história da universidade nas últimas décadas. No mesmo sentido, outra ex-presidente da APROPUC, a professora Priscila Cornalbas, relatou o histórico das últimas décadas de lutas dos professores, estudantes e funcionários da universidade.

Professores de Relações Internacionais também se manifestaram relatando a situação do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, cujo convênio de participação havia sido rompido por parte da Fundasp. A Pró-Reitora de Cultura e Rela-

ções Comunitárias Myrt Thanya manifestou-se na assembleia noturna mostrando o seu apoio aos estudantes, nomeando as ações que serão implementadas por sua Pró-Reitoria, e pedindo para que a ocupação fosse suspensa.

Reuniões com a Fundasp

Na segunda e na terça-feira, os estudantes reuniram-se com o diretor-executivo na Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, acertando o atendimento de parte das reivindicações do movimento. Boa parte dos pedidos dos estudantes ficou ainda sem

solução como: efetivação da dupla gratuidade do bandeirão, bolsas para discentes trans e PCDs, congelamento das mensalidades, rompimento das relações da Fundasp e Conib e revisão do Código de Ética da mantenedora que equipara o antissemitismo ao antissemitismo.

A paralisação das aulas foi encerrada na quarta-feira, 28/05, com os estudantes informando coletivamente em suas plataformas que: "Encerramos a paralisação, mas não a mobilização. O que conquistamos até aqui é fruto da potência do movimento negro e da organização do movimento estudantil".

APROPUC encaminha pesquisa aos professores sobre Contratos de Trabalho

Conforme decisão de assembleia dos professores, a APROPUC está conduzindo uma pesquisa para obter um panorama detalhado sobre a realidade dos contratos docentes na PUC-SP. Para isso, foi elaborado um formulário que permitirá coletar dados essenciais para uma análise criteriosa da situação dos professores

da universidade.

O formulário é inteiramente anônimo e tem como objetivo a identificação de padrões e discrepâncias nas condições de trabalho docente. O interesse da associação não recai sobre dados individuais, mas sim sobre o conjunto de informações que possibilitem uma avaliação ampla e precisa.

Para garantir a maior representatividade possível, a APROPUC solicita a participação de todos os professores. A direção da APROPUC solicita ainda, que os docentes compartilhem este comunicado com seus colegas, independentemente de serem ou não associados à APROPUC.

Os formulários devem ser

preenchidos o mais rápido possível. As negociações do novo Acordo Interno ainda não foram concluídas. Quem não recebeu pode entrar em contato com a APROPUC pelo telefone **3872-2685** e solicitar o link.

Sua colaboração é fundamental, contamos com sua participação.

Doe livros para a biblioteca dos moradores em situação de rua!

Padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, está organizando uma biblioteca para os moradores em situação de rua de São Paulo. Para isso Pe. Julio solicita doação de livros que podem abarcar as mais diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, História, Geografia etc, priorizando acervos de Literatura em geral, documentais e biografias, bem como infanto-juvenis, excluindo-se livros didáticos.

A APROPUC RECEBERÁ DOAÇÕES EM SUA SEDE /
RUA BARTIRA, 407, DAS 9H E 12H E DAS 14H ÀS 17H. POSTERIORMENTE
AS DOAÇÕES SERÃO ENCAMINHADAS À PASTORAL DO POVO DE RUA.



Professores de Ciências Contábeis lançam livro na APROPUC



Momentos do lançamento na sede da APROPUC: acima o professor Fernando Almeida ladeado por Renata Mendonça de Fazio e Luciene de Fatima Rodighero dos Santos; abaixo a plateia que compareceu ao evento.



Na noite do dia 28 de maio de 2025, no auditório da APROPUC, foi lançado do Livro “Pesquisas em Contabilidade, Controladoria e Finanças – Volume 4”. O Livro é o quarto de uma coletânea que reuniu diversas pesquisas relacionadas com o Mercado Empresarial. Os autores são docentes, discentes, egressos do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP, além de pesquisadores convidados. A obra foi organizada pelos professores Doutores Windsor Espencer Veiga e Fernando de Almeida Santos e pela Mestra pelo Programa Renata Mendonça de Fazio.

Trata-se de uma obra com temáticas atualizadas, demonstrando que a função do Mestrado é contribuir com a sociedade e formar profissionais de alto nível. Participaram 24 autores com temáticas das diversas áreas da contabilidade. Os capítulos

são inclusivos e a divulgação consiste em uma estratégia para compartilhar conhecimento, possibilitando melhores profissionais e contribuições efetivas para a sociedade.

O livro reúne os autores André Luis Moura Pires, Antonio Celso Ribeiro Brasileiro, Carlos Hideo Arima, Carlos Vital Giordano, César Augusto da Silva Santos, Claudio Rafael Bifi, Elizabeth Borelli, Fernando de Almeida Santos, José Alves Fogaça Neto, José Odalio dos Santos, José Roberto Securato, Kamilla Tietz, Luciene de Fatima Rodighero dos Santos, Luiz Claudio Gonçalves, Marcelo Tsuguio Okano, Napoleão Verardi Galeale, Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos, Paulo Henrique Vaz da Silva, Renata Mendonça de Fazio, Santina Apoliana Pereira da Silva, Sergio de Iudicibus, Suely dos Santos Sousa, Windsor Espencer Veiga.

Prezado colega Professor(a)

Renove a sua adesão ao quadro Associativo da APROPUC!

Ainda não é associado? Associe-se já!

A Fundasp, a partir do novo Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância anualmente.

No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao e envie

para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC.

No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores.

A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e

estudantes, reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas.

No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO.

Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimen-

tos em comunicação. A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem. A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESAO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone/WhatsApp: 11-3872-2685.

Diretoria da APROPUC

FALA COMUNIDADE

A Raiz Ferida Que Floresce

O Estupro como Ferramenta Colonial: A Violência Contra a Mulher Indígena e a Economia do Genocídio

Sassá Tupinambá

A recente repercussão no Jornal Nacional sobre uma pesquisa de DNA mitocondrial, que revela a mulher indígena como ancestral de grande parte da população brasileira, parece novidade para muitos. Mas para nós, povos indígenas, essa sempre foi uma verdade viva, transmitida pelas palavras das anciãs, pela força dos nossos rituais e pela memória guardada no corpo-território das nossas mães e avós. A TV Tamuya e o Seminário “Não Sou Pardo, Sou Indígena: o pardismo em debate”, realizado há quatro anos, já haviam exposto essa discussão que começa, lentamente, a ganhar visibilidade fora das residências de famílias indígenas. Para muitos, isso foi uma surpresa científica. Para nós, povos originários, é apenas a confirmação do que sempre soubemos: somos a raiz deste território. A mulher indígena é a origem. Mas essa origem foi marcada por violência, não por harmonia. A ancestralidade indígena presente na formação do povo brasileiro não é fruto de um convívio pacífico ou de uma celebração da diversidade, como o mito da democracia racial tentou nos convencer. Trata-se, em grande medida, de uma mestiçagem forçada, nascida da violência colonial. O estupro das

mulheres indígenas foi uma prática sistemática, um método de dominação empregado desde o primeiro momento da invasão europeia.

Nosso povo Tupinambá foi um dos primeiros a sofrer esses ataques. Ainda no século XVI, documentos da época relatam a captura de mulheres indígenas como troféus de guerra ou como instrumentos de troca e escravização. Essas práticas não foram desvios da colonização — foram seu motor. O estupro, nesse contexto, não é apenas um crime individual, mas uma tecnologia de poder, uma política de Estado, um pilar da lógica colonial.

O economista indígena quechua Hector Mondragón, que lecionou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no curso de Economia, dedicou seu doutorado ao estudo da Economia Ameríndia, ou da Abya Yala anterior à invasão europeia. Percorreu diversos territórios indígenas do continente para analisar, de forma direta, as complexas relações econômicas entre os povos originários. A partir dessa base, Mondragón nos oferece uma análise contundente: o estupro é parte da economia colonial. Ele integra a engrenagem da exploração, sendo uma ferramenta da indústria do etnocídio. Serve para quebrar a resistência dos povos originários, para dissolver suas estruturas

familiares e espirituais, para apagar identidades. O corpo da mulher indígena foi usado como campo de batalha para a dominação e como laboratório de uma mestiçagem imposta que hoje ainda é celebrada como se fosse natural. Essa violência produziu efeitos profundos e duradouros. Um deles foi a invenção da categoria “pardo”, que se tornou um mecanismo institucional de apagamento identitário. A mesma estrutura colonial que violou nossos corpos agora nega a nossa existência. O Estado brasileiro diz: você não é indígena, é pardo. A violência sexual é seguida de uma violência epistêmica, que transforma a descendência forçada em desidentificação. O termo “pardo” — uma das maiores ficções do Estado brasileiro — nos rouba a possibilidade de reivindicar nossos pertencimentos originários.

Foi para romper com esse silenciamento que a TV Tamuya, em parceria com o GT Indígena do Tribunal Popular, organizou o seminário “Não Sou Pardo, Sou Indígena: o pardismo em debate”, ainda em 2020. Naquele espaço, que contou com pesquisadores indígenas e não-indígenas, indígenas recem despertados do coma do etnocídio e lideranças indígenas, denunciemos como o apagamento da identidade é um prolongamento da violência colonial. Denunciamos

como o Brasil, em sua formação, produziu uma ferida aberta — e como tenta, até hoje, cobri-la com o manto da mestiçagem sem justiça.

A recente cobertura da grade mídia sobre o DNA mitocondrial pode até parecer um avanço, mas só será de fato transformadora se for acompanhada por uma escuta real às vozes indígenas. A ciência, quando descolada da memória histórica e do reconhecimento da violência, corre o risco de reforçar os mesmos apagamentos que pretende combater. Não basta identificar a origem genética — é preciso reconhecer os processos que a constituíram: a invasão, o estupro, o etnocídio, o racismo.

Recusar o “pardismo” é afirmar a retomada. Retomada da identidade, da memória, da dignidade. A mulher indígena que está na origem do Brasil não é uma figura mítica do passado: é nossa avó, é nossa mãe, é a raiz ferida de onde brota nossa luta. Honrar essa ancestralidade é denunciar a violência, é descolonizar os saberes, é reconstruir nossos caminhos com autonomia e justiça.

E é justamente isso que estamos vivenciando: um levante dos brotos de um caule que o Estado brasileiro achou ter matado desde a raiz. Não é atoa a morosidade nas publicações dos dados do Censo 2022 em sua totalidade.

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Mesmo não sendo um número próximo da realidade, o fato de aparecer 1.7 milhões de pessoas autodeclaradas indígenas no censo, pegou de surpresa todos aqueles que contara com o sucesso das políticas públicas integracionistas e assimilacionista e os que não acreditaram e não acreditam na nossa capacidade de mobilização nacional.

Apesar do genocídio, apesar do estupro, apesar do etnocídio, AINDA ESTAMOS AQUI e cada vez mais fortes e a primavera será de flores, que serão frutos e sementes daquelas que os ancestrais de vocês violentaram (estuprador não é nosso ancestral).

A violência sexual contra mulheres indígenas não é um capítulo superado da história — ela é uma estrutura que segue viva nas formas de racismo institucional, na

negação de identidade, no feminicídio, no apagamento linguístico, na violação de corpos e destruição espiritual. Precisamos, como sociedade, ter a coragem de olhar para essa ferida. Precisamos romper o pacto de silêncio que ainda protege os herdeiros da violência colonial.

Não somos pardos. Somos sobreviventes. Somos indígenas. E seguiremos resistindo até que nossa história seja reconhecida com verdade, jus-

tiça e reparação.

Sassá Tupinambá é liderança indígena, militante no movimento indígena, membro da CAPISP, educador popular, Educador Socioambiental, Terapeuta Naturopata, pesquisador no Núcleo Opará/CLAEDS/FLACSO, Coordenador do NEARMEPOT, Coordenador da TV Tamuya, radioamador e ex-aluno de Serviço Social

Abaixo assinado pede anulação do decreto que cria o dia da amizade Brasil-Israel

Docentes, estudantes, pesquisadores e servidores técnicos-administrativos de universidades públicas e privadas brasileiras lançaram um abaixo assinado na Internet pedindo a revogação do Projeto de Lei que cria o Dia da Amizade Brasil-Israel.

O abaixo assinado tem por base o artigo publicado pelo professor Paulo Sergio Pinheiro que repudia a celebração do dia da amizade Brasil-Israel. Para o professor: “Trata-se de um gesto inaceitável, de insensibilidade extrema, especialmente num momento em que o Estado de Israel intensifica uma campanha sistemática de extermínio contra a população palestina na Faixa de Gaza. É ainda mais lamentável que parlamentares

de partidos comprometidos historicamente com os direitos humanos e com a autodeterminação dos povos tenham eventualmente endossado essa decisão vergonhosa.”

A Rede Universitária de Solidariedade ao Povo Palestino, organizadora do abaixo-assinado, afirma que “A expectativa da comunidade acadêmica brasileira, aqui representada pela REDE, é a de que o atual governo brasileiro - que não tem hesitado em denunciar o genocídio, o apartheid e a “limpeza étnica” impostos ao povo palestino - não aceite ser cúmplice com a aviltante decisão do Senado”.

O texto pode ser assinado em <https://11nk.dev/37Yvj>

Movimentos sociais repudiam as agressões à ministra Marina Silva

Durante a realização de uma sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, na terça-feira, 27/05, a Ministra Marina Silva foi agredida verbalmente pelo senador Marcos Rogério, PL-RO, que em uma atitude machista, pedia para a ministra “se colocar no seu lugar”, em um momento de debate.

A agressão provocou imediata reação de vários setores da sociedade, principalmente entre aqueles que acompanham a luta cotidiana da ministra do governo federal Marina Silva em defesa das questões relativas ao meio ambiente e pelas minorias indígenas.

Nesse sentido, nesta semana

está circulando na internet um abaixo assinado organizado pelo portal Mulheres em Luta (MEL) que defende que: “A violência política de gênero e raça não pode mais ser normalizada — nem ignorada. Nosso enxame está formado para enfrentar quem tenta silenciar mulheres na política. Nos solidarizamos com Marina Silva e todas as mulheres que, ao ocuparem espaços de poder, são alvo de ataques misóginos e racistas.

Exigimos a cassação do senador Marcos Rogério (PL-RO), presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal”.

O abaixo assinado pode ser acessado em <https://www.mel.org.br/marcosrogeriocassado>



**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
FUNCIONÁRIOS: www.afapuc.org.br/formularios/

APROPUC **AFAPUC**